



1                   **ATA DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2                   **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3   Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h15min,  
4   por videoconferência através da plataforma Zoom, ocorreu a 108ª Reunião  
5   Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte  
6   pauta: 1. Conferência de quórum; 2. Aprovar a Ata da 107ª Reunião Ordinária; 3.  
7   Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 182, de 12 de setembro de  
8   2024, que institui Câmara Técnica Temporária; • Ofício FONASC nº 001/2024. 4.  
9   Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 183, de 12 de setembro de  
10   2024, que estabelece diretrizes, modalidades e procedimentos para o reúso direto  
11   de água não potável, proveniente de Estações de Tratamento de Esgotos Sanitários  
12   (ETE) de sistemas públicos e privados e dá outras providências. • Parecer CTAS;  
13   5. Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 184, de 12 de setembro  
14   de 2024, que institui o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Arinos – CBH Arinos. •  
15   Parecer CTGPar; • Processo SEMA-PRO-2023/30225. 6. Deliberar quanto a  
16   redação da minuta de Moção nº39/CEHIDRO/2024, que aprova Moção dirigida à  
17   Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, referente ao Projeto de Lei nº  
18   994/2024, que dispensa as propriedades rurais de até um módulo fiscal de obter  
19   outorga de água junto à administração pública. 7. Deliberar quanto o Projeto de Lei  
20   nº 988/2024, que concede às prefeituras municipais a possibilidade de emissão do  
21   Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos processos para perfuração de poços  
22   tubulares/artesianos. • Minuta de Moção nº40/CEHIDRO/2024. 8. Informes: • Nota  
23   Recomendatória n. 01/2024 – CBH SEPOTUBA. A reunião foi presidida pelo  
24   secretário executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e, assessorado pela  
25   Sra. Danielly Guia da Silva, secretária do CEHIDRO. Registrou a presença dos  
26   seguintes conselheiros: Sra. Ellen Kenia Kuntze Pantoja, representante da **SEMA**;  
27   Sra. Nayara Dores da Silva Paes e Sr. Dhiogo Corrêa da Costa, representantes da  
28   **SEPLAG**; Sr. Felipe Jacson Bogo, representante do **IBAMA**; Herman Menezes  
29   Cathalat Filho, representante do **CREA**; Sr. Ibraim Fantin da Cruz e Sr. Frederico  
30   Terra de Almeida, representantes da **UFMT**; Francisco Lledo dos Santos,  
31   representante da **UNEMAT**; Sra. Inês Martins de Oliveira Alves, representante da





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

32 **ABES**; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**; Sr. Kaio César Dias  
33 Bueno, representante da **AMM**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representante da  
34 vaga 01 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Daniela Maimoni de Figueiredo,  
35 representante da vaga 02 dos **CBH-RH Paraguai**; Sra. Cristhiane Vasconcelos de  
36 Souza Rosa, representante da vaga 01 dos **CBH-RH Tocantins-Araguaia**; Sr.  
37 Eduardo Morgan Uliana, representante da **ABRHidro**; Sr. Walter Corrêa Carvalho  
38 Junior, representante do **IESCBAP**; Sra. Anny Iasmin Souza Dornelles,  
39 representante da **FAMATO**; Sra. Kálita Cortiana Seidel, representante da **FIEMT**;  
40 Sra. Julie da Cunha Campbell, representante da **Águas Cuiabá S.A**; Sra. Coral  
41 Veloso de Oliveira, representante do **FONASC**; Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite e  
42 Sr. Dione Aparecido Castro, representantes do **Instituto Ação Verde**; Sra.  
43 Alessandra Panizi Souza, representante da **APROFIR**; Sr. Kassiano José Riedi,  
44 representante do **SINECAL**; Sr. José Carlos Bazan, representante do **ITEEC**  
45 **BRASIL**; Sra. Juliana Freitas de Araújo, representante da **AGEMAT**. O Presidente  
46 declara aberta a reunião e passa a conferência do quórum. Após, passou-se a  
47 aprovação da ata da 107ª Reunião Ordinária do CEHIDRO. Que restou aprovada,  
48 por unanimidade, sem nenhuma alteração. Em seguida, passou-se a deliberação  
49 quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 182, de 12 de setembro de 2024, que  
50 institui Câmara Técnica Temporária. O secretário executivo explica que essa  
51 proposta surgiu a partir do Ofício nº 001/2024 do FONASC, que foi levado para  
52 deliberação na reunião passada, mas que em razão da quantidade de membros  
53 presentes no momento da deliberação, restou definido a deliberação do assunto na  
54 reunião seguinte, que é a de hoje. Explica que a discussão surgiu quando seu nome  
55 foi indicado para representar o CEHIDRO no Conselho Nacional de Recursos  
56 Hídricos – CNRH. Aponta que o então conselheiro João Clímaco, representante do  
57 FONASC, argumentou que se deveria criar um regramento legal quanto aos  
58 repasses de informações e deliberações do CNRH no CEHIDRO, para que não  
59 ficasse a bel-prazeres do representante. A conselheira Daniela Figueiredo pergunta  
60 se entendeu correto. Diz que a ideia de criação dessa câmara técnica temporária é  
61 para se criar uma resolução para que o representante do CEHIDRO no Conselho  
62 Nacional se veja formalmente obrigado a trazer ao CEHIDRO o que foi discutido, as





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

63 decisões ou que precisa ser tomado de decisão junto ao CNRH, seria isso. O  
64 secretário executivo diz que é isso mesmo. A conselheira Daniela Figueiredo  
65 pergunta se precisa necessariamente instituir uma câmara técnica para elaborar  
66 uma normativa dessa. Questiona se não poderia alguém elaborar e trazer para  
67 deliberação. Salaria ser interessante a normativa. O secretário executivo solicita  
68 que a secretária do conselho responda a essa pergunta. A secretária explica que  
69 atualmente no CEHIDRO não há nenhuma câmara técnica específica para criação  
70 de normas desse tipo. Nesse caso, a criação de uma câmara técnica temporária é  
71 a solução. Aponta ainda que, o ex-conselheiro João Clímaco se comprometeu a  
72 apresentar uma minuta dessa normativa, o que não aconteceu. A conselheira  
73 Daniela Figueiredo salienta que é algo pertinente e importante. A secretária diz que  
74 para criação da câmara técnica é necessário o mínimo de seis membros. O  
75 secretário executivo expõe que na última reunião não foi possível instituir a câmara  
76 técnica temporária porque não teve a quantidade mínima de participantes. A  
77 conselheira Daniela Figueiredo pergunta se só por isso não vai ser feita essa  
78 resolução. Questiona se nenhum conselheiro pode de repente, trazer uma minuta  
79 para discutir e ser aprovada. O secretário executivo explica que seguindo os  
80 procedimentos do regimento interno, toda proposta deve passar por uma câmara  
81 técnica, responsável por analisar e emitir parecer quanto a proposta. Caso o  
82 assunto seja de competência de uma das câmaras já instituídas, a ela será  
83 direcionado, senão há necessidade de se criar uma câmara técnica temporária. A  
84 conselheira Daniela Figueiredo pergunta quais são as câmaras técnicas efetivas. A  
85 secretária responde que são elas: Câmara Técnica de Acompanhamento de Planos  
86 de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos D'água em Classes – CTAP;  
87 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS; Câmara Técnica de Gestão  
88 Participativa – CTGPar; Câmara Técnica de Integração CEHIDRO/CONSEMA –  
89 CTI; Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB; e, Câmara Técnica de  
90 Acompanhamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - CTAF. A conselheira  
91 Daniela Figueiredo pergunta se nenhuma delas poderia ter competência para  
92 elaborar essa resolução. O secretário executivo responde que especificamente  
93 sobre essa norma nenhuma tem essa atribuição. Aponta que são câmaras técnicas





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

94 específicas, sendo assim tratam de assuntos específicos. A conselheira Daniela  
95 Figueiredo pergunta se a CTGPar não teria a ver com isso, não teria relação com o  
96 CNRH. A secretária diz que a CTGPar trata de assuntos relacionados a comitês e  
97 programas, como PROCOMITÊS e PROGESTÃO. A conselheira Daniela  
98 Figueiredo pergunta se esse assunto não poderia entrar em uma competência  
99 genérica da CTGPar. O secretário executivo diz que para isso acontecer se teria  
100 que alterar as competências da câmara técnica. O conselheiro Francisco Lledo pede  
101 a palavra. Diz que primeiro, quanto à criação de uma futura câmara para a  
102 elaboração de normativas, vê com bons olhos. Agora, criar uma câmara técnica  
103 temporária para o acompanhamento de um representante indicado por esse  
104 conselho, entende que não há necessidade, uma vez que está na sua competência  
105 trazer as informações. Aponta que se o nobre Noquelli não cumprir com essa  
106 atribuição, seria um problema na indicação do CEHIDRO, de quem colocou ele lá  
107 no Conselho Nacional. Chama a atenção dos presentes para dizer que é assim que  
108 isso funciona em qualquer conselho. Quando se é indicado para um conselho, você  
109 deve retornar a sua base e trazer as informações. Diz que não vê a pertinência da  
110 proposição atual, sendo assim é contra a criação da câmara e contra a criação  
111 dessa resolução para esse caso referente às obrigações que, na sua opinião, são  
112 inerentes à função do representante no CNRH. Salaria que daqui a pouco teremos  
113 mais câmaras do que conselheiros. No entanto, concorda com a criação de uma  
114 câmara, no futuro, para auxiliar na elaboração das resoluções. Apesar que, se o  
115 assunto se enquadrar nas câmaras já presentes, a própria câmara pode encabeçar  
116 isso. A conselheira Daniela Figueiredo pergunta se na reunião passada houve  
117 consenso de que a câmara técnica temporária deveria ser criada. O secretário  
118 executivo diz que entende que não, pois se tivesse tido consenso, as pessoas  
119 teriam manifestado interesse em participar da câmara. A conselheira Daniela  
120 Figueiredo pergunta se existe em algum lugar, alguma norma do CEHIDRO que  
121 diga que qualquer representante do CEHIDRO, que represente o Conselho em outro  
122 fórum, deve trazer as discussões, o que foi decidido, inclusive colocar possíveis  
123 decisões que ele venha tomar antes no CEHIDRO. O secretário executivo responde  
124 que não. A conselheira Daniela Figueiredo salienta que entende ser pertinente a





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

125 proposta, uma vez que não se sabe como serão essas representações no futuro. A  
126 conselheira Alessandra Panizi propõe que o secretário elabore um roteiro de como  
127 poderia funcionar isso. Diz não saber se precisaria de uma resolução nesse sentido,  
128 se seria necessário a criação de uma câmara técnica. Mas de repente, o Sr. Noquelli  
129 poderia, por exemplo, compartilhar a pauta do CNRH por e-mail com todos os  
130 conselheiros. Caso tenha um assunto que os membros se interessem, poderíamos  
131 pautar esse assunto na plenária e se discute o assunto e decide como o CEHIDRO  
132 vai se posicionar no CNRH. Após decisão do CNRH, o representante apresenta as  
133 informações, os resultados da discussão no CNRH ao CEHIDRO. Diz que o Sr.  
134 Noquelli, inclusive, quando mandar a pauta do CNRH, já emita a opinião, o  
135 posicionamento do estado a respeito do assunto. Por fim, aponta que a criação  
136 desse roteiro simplificaria o processo, e toda vez que alguém for representar o  
137 CEHIDRO em algum Conselho, Fórum, alguma coisa nesse sentido, segue esse  
138 roteiro estipulado sem precisar ser uma resolução. Propõe que o secretário  
139 executivo elabore o roteiro e que o mesmo seja encaminhado para aprovação da  
140 plenária na próxima reunião. O secretário executivo diz que se todos concordarem,  
141 fará um roteiro padrão. Destaca que tem um informe, que acredita ser esse o  
142 momento de compartilhar com os presentes. Diz que está em Brasília, para  
143 participar do primeiro encontro regional de Comitês de Bacias da região Centro  
144 Oeste, e na quarta-feira, tivemos a posse no Conselho Nacional de Recursos  
145 Hídricos - CNRH. Então, agora, de fato, representa o Conselho Estadual de  
146 Recursos Hídricos no CNRH. Diz que foram discutidos vários assuntos, mas  
147 nenhum que seja vinculado diretamente a Mato Grosso. Diz que fará uma síntese  
148 da reunião, dos procedimentos e tudo que foi aprovado e vai enviar para a secretária  
149 encaminhar aos conselheiros. Por fim, o secretário executivo pergunta se há alguma  
150 objeção quanto aos encaminhamentos propostos para esse item da pauta. Do que  
151 não houve manifestações. Na sequência, passou-se ao próximo item da pauta.  
152 Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 183, de 12 de setembro de  
153 2024, que estabelece diretrizes, modalidades e procedimentos para o reúso direto  
154 de água não potável, proveniente de Estações de Tratamento de Esgotos Sanitários  
155 (ETE) de sistemas públicos e privados e dá outras providências. O secretário





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

156 executivo diz que esse assunto foi tratado na Câmara Técnica de Água  
157 Subterrânea, e passa a palavra à presidente da CTAS, a conselheira Juliana Araújo.  
158 Que faz a leitura do Parecer CTAS 01/2024. O secretário executivo pergunta a  
159 presidente da CTAS se o parecer é favorável à minuta de resolução. A presidente  
160 Juliana Araújo responde que sim, ele é favorável à resolução. Diz que a CTAS fez  
161 pouquíssimos ajustes na minuta. O secretário executivo diz que, estando como  
162 superintendente de recursos hídricos, se preocupa com o tema outorga de reúso. A  
163 conselheira Ellen Pantoja pede a palavra. Diz que a minuta foi discutida na câmara  
164 técnica, e que participou de uma das reuniões. Salienta que é algo necessário, que  
165 já acontece em Minas Gerais. Porém, neste momento, a Sema não teria como iniciar  
166 esse cadastro, porque tem que cadastrar o produtor do efluente tratado, tem que ter  
167 o cadastro de quem vai transportar esse efluente tratado e o cadastro do usuário  
168 desse efluente tratado. Então, teria que ter o cadastro desses atores da outorga de  
169 reúso e uma avaliação conjunta com a outorga de diluição do produtor do efluente  
170 tratado para validar. Destaca que os itens três e seis elencados no parecer da CTAS  
171 são muito importantes, e como dizia, neste momento, a Sema teria que fazer uma  
172 adequação no Siga para receber esses cadastros dos atores do reúso de água para  
173 podermos implementar a outorga. Então, como todos sabem, a Sema está agora  
174 chegando num momento em que o Siga consegue uma estabilidade maior, mas é  
175 prioridade do setor a adequação do Siga para dar outorga em trechos enquadrados,  
176 cujo enquadramento seja diferente da classe dois. Então, neste primeiro momento,  
177 com certeza o setor de outorga e a Sema não teriam condições de implementar a  
178 outorga de reúso. Destaca que a Sema enfrenta nesse momento vários desafios  
179 que são demandas já existentes, e sendo essa minuta aprovada, a sua  
180 implementação terá que aguardar um pouco. Diz que não saberia informar um prazo  
181 para o Conselho. O conselheiro Walter Carvalho pede a palavra. Diz que gostaria  
182 primeiro de agradecer a todos que fizeram parte da construção dessa minuta.  
183 Aponta que foi feita uma construção bastante ampla, com a realização de quatro  
184 reuniões na CTAS, e foram feitos vários convites, justamente na intenção de  
185 socializar ao máximo possível e de sanar o máximo possível de dúvida. Salienta  
186 que é uma proposta que tem um cunho sustentável, principalmente nesse momento





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

187 de criticidade hídrica, das mudanças climáticas e que nós vemos especialmente as  
188 vazões de referência, ou seja, as vazões mínimas nos corpos hídricos, além de  
189 vários corpos hídricos secos. Então, o reúso é uma solução que viabiliza a diluição  
190 dos efluentes de maneira geral, mas especialmente quanto ao esgotamento  
191 sanitário. Diz que precisa fazer uma correção no que foi falado pelo Sr. Noquelli.  
192 Aponta que não é, em momento nenhum, outorga de reúso, isso na verdade não  
193 existe. Diz ter trabalhado no setor de outorga por mais de dez anos e dentro da  
194 política de recursos hídricos existe outorga de diluição dos efluentes, que é uma das  
195 análises mais complexas de serem feitas, porque tem vários fatores que têm que  
196 ser analisados, e a Sema já faz isso desde dois mil e nove. Então, o que está se  
197 discutindo aqui é mais uma complementação aos casos de criticidade hídrica e de  
198 dificuldade de fazer essa distribuição dos efluentes em corpos hídricos. É destinar  
199 uma parte desse efluente que iria para um corpo hídrico para fazer um reúso, dentro  
200 dos critérios estipulados pela resolução. Destaca que esse tipo de análise a Sema  
201 sempre fez, não é um tipo de outorga e sim está dentro da outorga de diluição. Diz  
202 que nessa questão do cadastro, concorda com a conselheira Ellen que é  
203 necessário, até porque um dos itens da resolução é que quem faz esse tipo de  
204 metodologia e de procedimento sustentável, vai ter alguns tipos de benefícios. Por  
205 exemplo, acesso mais fácil a recursos do fundo de recursos hídricos. Então, para  
206 que isso seja feito realmente tem que ter um cadastro. Sendo assim, é primordial  
207 que o Siga consiga inserir esses usuários sustentáveis. Aponta que a Sema tem  
208 que fazer também a parte da fertirrigação, e talvez alguns outros critérios que fujam  
209 dessa parte de recursos hídricos. Diz que é interessantíssimo que a Sema crie um  
210 procedimento junto ao setor de licenciamento. Salaria que a dificuldade não é o  
211 cadastro, o desafio não é fazer o cadastro e sim implementar efetivamente as  
212 propostas de reúso e as obras de infraestrutura hídricas necessárias para que se  
213 faça o reúso. Diz que existem várias batalhas pela frente, como por exemplo, o tabu  
214 que se tem em fazer reúso com água de efluentes sanitários. Aponta que vários  
215 países fazem isso tranquilamente, como é o caso de Israel e Estados Unidos, mas  
216 no Brasil é um tabu. Acredita que a curto prazo, nos próximos dois, três, quatro  
217 anos, não se terá tanta demanda a ponto de se ter necessidade de criar um setor





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

218 específico dentro do licenciamento, para que se faça esse tipo de análise. Então,  
219 em primeiro momento, bastaria um cadastro simples em Excel, mesmo. E talvez  
220 uma dobradinha com o setor de licenciamento que faz esse tipo de análise de ETEs  
221 de efluente sanitário. E a longo prazo, quando existir uma grande demanda, se  
222 pensa em criar um setor específico para isso. Se coloca à disposição, para contribuir  
223 em propostas de procedimento. O secretário executivo questiona como que o  
224 sistema Siga Hídrico vai entender que parte do efluente da outorga de diluição vai  
225 ser lançado no rio e determinado volume vai ser circulado. Diz que esse é o ponto  
226 que teremos que alterar dentro do sistema. Após, passou-se a palavra ao  
227 conselheiro Ibraim Fantin. Que diz que a proposta de resolução está ao encontro do  
228 projeto de lei n. 1105/2024, que estabelece diretrizes, incentivos e medidas para  
229 promover o reúso de água tratada na irrigação, visando à conservação dos recursos  
230 hídricos e o desenvolvimento sustentável do estado de Mato Grosso. Propõe que  
231 toda essa discussão que foi tratada quanto a proposta de resolução, seja  
232 compartilhada com o deputado proponente, Sr. Júlio Campos, pois acredita que  
233 possa enriquecer o projeto de lei que está bem alinhado com a minuta de resolução.  
234 Na sequência, é passada a palavra ao conselheiro José Bazan. Que diz ter ficado  
235 com uma dúvida, pois a resolução diz que “estabelece diretrizes, modalidades e  
236 procedimentos para o reúso direto de água não potável, proveniente de Estações  
237 de Tratamento de Esgotos Sanitários (ETE) de sistemas públicos e privados e dá  
238 outras providências”. Diz ter encontrado as diretrizes e as modalidades, porém, não  
239 encontrou os procedimentos. Questiona quantos e quais são os procedimentos. O  
240 conselheiro Walter Carvalho diz que com o intuito de dar uma resposta ao  
241 conselheiro Bazan, convida o Sr. Lucas Chamhum, que participou da construção de  
242 uma normativa nesse mesmo sentido em Minas Gerais. Antes de passar a palavra,  
243 aponta que como se trata de uma normativa técnica, os procedimentos estão nas  
244 últimas tabelas, onde se define quais os critérios, qual a característica que os  
245 efluentes têm que ter. Passada a palavra ao Sr. Lucas Chamhum, esse diz que é  
246 um prazer participar desse encontro. Agradece pelo convite, diz que é uma  
247 satisfação estar novamente contribuindo para as discussões. Destaca que de fato,  
248 participou do desenvolvimento dessa normativa em Minas Gerais e esse ponto que





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

249 o conselheiro trouxe é interessante, porque as coisas se confundem realmente, o  
250 que é um procedimento técnico, e o que é um procedimento administrativo que  
251 acredita ser a discussão que estava se enveredando antes acerca da outorga, etc.  
252 Diz que é um consultor na área de engenharia sanitária, sendo assim, vai falar mais  
253 na área que lhe compete, que é do ponto de vista técnico que enxergou para  
254 conseguir fechar todas essas arestas, digamos assim, na medida do possível, até  
255 o mínimo de brecha para desvios. Explica que diretrizes são as diretrizes gerais, o  
256 que pode, o que não pode ser utilizado no âmbito do reúso. Acredita que está muito  
257 bem definido o objeto dessa deliberação, ou seja, efluente gerado em estações de  
258 tratamento de esgoto, ou seja, não é de indústrias em geral, é de estações de  
259 tratamento de esgoto. Então, essa é uma primeira diretriz bastante geral para deixar  
260 claro qual é o funil que está sendo aplicado. Depois, vemos quais são as  
261 modalidades. Aponta que basicamente, as modalidades preconizadas em Minas  
262 Gerais foram: industrial, urbana, agrícola e ambiental. E uma vez conhecendo a  
263 modalidade, se sabe a forma como poderá utilizar o efluente tratado em cada uma,  
264 para cada um desses usos. E isso é importante para se chegar nesses quadros,  
265 que o Sr. Walter comentou, que estão lá no final da minuta. Diz que essas tabelas  
266 determinam a qualidade. Então, se temos uma finalidade ambiental, é uma área que  
267 teremos mais controle, não é uma área de acesso público de contato direto com  
268 esse efluente, então você pode ter um efluente de, digamos assim, pior qualidade,  
269 porque se compenso essa pior qualidade restringindo o acesso. Então, no risco,  
270 temos um risco reduzido. Quanto aos procedimentos, temos procedimentos gerais  
271 para definir as responsabilidades de cada parte, justamente para que depois não  
272 fique aquela bola dividida. Aponta que acredita que o conselheiro está querendo  
273 dizer quanto ao procedimento vem depois disso, que é o procedimento, de fato,  
274 para implementar a prática. E quanto a este acredita que a dúvida vai permanecer,  
275 mas entende que não é objeto de uma resolução ou de uma deliberação entrar  
276 nesse mérito, porque as ferramentas mudam muito com o tempo. Esses  
277 procedimentos internos mudam com o tempo, ao passo que a técnica, a ideia é que  
278 a técnica seja algo mais estanque, solidificado e que se permaneça no tempo.  
279 Salienta que se trata de uma primeira resolução de reúso para o estado de Mato





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

280 Grosso. Então, ao gerar esses resultados citados pelo Sr. Walter no período de dois,  
281 três, quatro anos, se terá que ter uma base de dados para avaliar se isso está  
282 funcionando, se é necessário rever a resolução. O secretário executivo diz que na  
283 realidade a questão é como que isso vai acontecer. Quais são os procedimentos  
284 que o CEHIDRO tem que definir e quais os procedimentos para isso acontecer  
285 dentro da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Aponta que a conselheira da  
286 Sema falou que, para isso acontecer, é necessário que a Sema realize alterações  
287 no Siga, porém, nesse momento a Sema está com foco na alteração do sistema  
288 para que o mesmo possa entender o enquadramento, sem ser classe dois. O  
289 conselheiro José Bazan questiona que a palavra “procedimento” se repete quatro  
290 vezes na minuta, e considerando que a mesma não traz procedimentos, propõe que  
291 a palavra seja excluída da minuta, para não prejudica-la. O secretário executivo  
292 pergunta para a presidente da CTAS o que a mesma entende dessa discussão. A  
293 conselheira Juliana Araújo diz que entende que os desdobramentos da  
294 implementação da resolução proposta aqui ocorreriam dentro da Sema, com a  
295 elaboração de termos de referência, porque vai precisar fazer primeiro esse estudo  
296 de levantamento. Ver a questão de oferta e demanda. Conforme apontado nas  
297 discussões na CTAS, às vezes só vamos conseguir definir certos parâmetros,  
298 quando soubermos onde estão localizadas essas pessoas, quem são os possíveis  
299 compradores dessa água. Aponta que no artigo treze da minuta, diz que caberá a  
300 Sema monitorar, implementar, caso necessário, realizar a revisão. Destaca que  
301 cada procedimento, até mesmo as da lei de outorga de direito de uso de água  
302 subterrânea, os desdobramentos estão dentro dos termos de referência. O  
303 secretário executivo diz que entendeu, mas questiona se isso está escrito na  
304 proposta de resolução. A conselheira Juliana Araújo diz que temos na minuta os  
305 parâmetros mínimos de uso. Destaca que se fosse colocado de forma muito  
306 restritiva, a um nível de qualidade muito restritivo, poderia acabar inviabilizando o  
307 reúso direto de água não potável. Diz que a CTAS discutiu bastante essa questão  
308 para poder entender como não ser tão restritivo, mas também não ser tão relaxado,  
309 abrangente. Diz que a Sra. Maíra, do Instituto Reuso de Água, fez todo um  
310 levantamento de todas as legislações que temos até hoje no nosso país e a mais





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

311 completa, mais bem elaborada, segundo ela, foi a de Minas Gerais. Que é a que  
312 teve mais estudos, bastante engajamento dos envolvidos, sendo bem estruturada.  
313 Diz que outra questão, que pode ser que leve a uma atualização nessa resolução,  
314 são as discussões que estão sendo feitas na superintendência de regulação de  
315 saneamento básico. Aponta que a Agência Nacional de Águas e Saneamento  
316 Básico – ANA acabou de fazer uma reunião para discutir uma forma de ter  
317 regulamentação a nível nacional para ter proteção jurídica para todas as partes  
318 envolvidas nesse procedimento de outorga de reúso. Diz entender a preocupação  
319 da Sema em como poderia estar fazendo essa implementação. Pergunta se nesse  
320 primeiro momento, que será necessário um estudo de levantamento diagnóstico,  
321 não seria possível pensar numa forma, seja através do Siga Hídrico ou de forma  
322 analítica, de fazer essa contabilização de entrada e saída de água que a conselheira  
323 Ellen estava falando. A conselheira Ellen Pantoja diz que entende que esses  
324 procedimentos são mais gerais, e eles estão colocados na resolução, como por  
325 exemplo, quando diz que o produtor tem que se cadastrar, o que vai transportar,  
326 tem que ser um caminhão específico para isso, tem que estar bem identificado.  
327 Destaca que no seu entendimento estão colocados sim alguns procedimentos.  
328 Agora, procedimentos mais detalhados, somente quando isso for implementado via  
329 instrução normativa do próprio órgão gestor. Entende que não cabe ao CEHIDRO  
330 realizar o detalhamento. Quanto a implementar sem estar linkado ao sistema, não  
331 sabe dizer. Explica que o setor não pôde se debruçar sobre como isso se daria  
332 dentro da gerência de outorga, porque é lá que isso deve estar acontecendo, até  
333 porque vai haver uma ligação muito direta com produtor da água de reúso, com a  
334 outorga que ele tem. Então, mais uma vez, foi muito bom que o CEHIDRO, através  
335 da CTAS, tomou essa indicação de não colocar tudo no mesmo ato, porque assim  
336 não amarramos uma coisa com a outra, ou seja, podemos desenvolver os  
337 cadastros, mas sem um cadastro como que você responsabilizaria o transportador,  
338 o produtor. Ele tem que ter alguma coisa dizendo que ele vai entregar uma água  
339 tratada nos níveis tais. Destaca que tem uma série de questões, em que a Sema  
340 ainda não se debruçou sobre elas. Considerando que a Secretaria está primando  
341 por zero papel, não vê a possibilidade de um cadastro de água de reúso para os





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

342 seus atores via papel. Teríamos que realmente fazer uma adequação no Siga  
343 Hídrico. Acredita que esse será o posicionamento da Secretaria devido a essa  
344 questão do zero papel. Defende que a proposta é boa, é válida. Chama atenção a  
345 questão do enquadramento dos corpos hídricos, especialmente aqueles trechos  
346 que estão dentro de perímetro urbano, como, por exemplo, o Rio Coxipó, dentro do  
347 perímetro urbano de Cuiabá, que para poder receber os efluentes tratados hoje, tem  
348 que estar atendendo a uma classe quatro. E isso nos entristece, porque  
349 gostaríamos de ter um rio de melhor qualidade. Então, se você entra com todo um  
350 regramento para reúso dos efluentes das ETEs, teremos uma possibilidade real de  
351 melhoria da qualidade do corpo hídrico na zona urbana. Diz que a resolução é ótima  
352 e vê que o papel do CEHIDRO é aprovar a minuta, mas como isso será  
353 implementado, a equipe precisa discutir dentro da Sema. Após, passou-se a palavra  
354 a conselheira Julie Campbell. Que diz que gostaria de esclarecer duas dúvidas. Se  
355 o detalhamento da qualidade desse efluente já tratado como reúso, seria  
356 estabelecido caso a caso. E a segunda pergunta, é se esse seria um piloto, para  
357 poder dentro desse piloto ter os aprendizados para poder seguir em frente. A  
358 conselheira Juliana Araújo responde que essas dúvidas também passaram pela  
359 CTAS, mas ficará a critério de quem for fazer a aquisição dessa água. A resolução  
360 estabelece parâmetros mínimos e outras restrições nos padrões de qualidade serão  
361 determinadas por quem vai adquirir essa água. A conselheira Julie Campbell  
362 pergunta se foi feito algum piloto nesse sentido no estado. Pergunta ainda, se teria  
363 que ser um cadastro único entre o produtor e o receptor dentro do órgão, dentro da  
364 Sema ou uma vez o produtor, tendo o efluente de reúso disponível ele estaria apto  
365 a atender qualquer demanda. A conselheira Ellen Pantoja aponta que é um desafio  
366 muito grande. Essa água vai passar por entre o produtor, o condutor e o usuário, e  
367 não deve ter contaminação. Então, não é algo assim que fica a critério do produtor  
368 ou do usuário. Esclarece que o produtor tem que estar cadastrado, assim como  
369 todos os critérios, como quantidade, qualidade, o distribuidor, o usuário final, entre  
370 outras informações e tudo tem que estar comunicando com as outorgas e com o  
371 balanço hídrico, de alguma maneira. A conselheira Juliana Araújo aponta que é  
372 muita coisa, e que exige diagnóstico para que tudo seja feito com segurança. A





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

373 conselheira Julie Campbell diz que é algo parecido com os procedimentos de água  
374 potável, uma vez que você tem que ter caminhões específicos para água potável.  
375 Vai ter que ter um caminhão específico para a água bruta e um para reúso e cada  
376 um com o seu segmento. Por fim, diz que achou a proposta atraente, até pelo  
377 cenário que estamos vivenciando, trazer o reúso, a sustentabilidade, é algo que o  
378 Brasil, no cenário nacional, poderia estar avançando. O conselheiro Walter Carvalho  
379 diz que existem vários desafios, mas a parte procedimental é um desafio  
380 administrativo, que o setor de outorga vai ter que superar também. Porém, acredita  
381 que os técnicos da Sema conseguem fazer tranquilamente, pois sempre fizeram.  
382 Quanto à pergunta da conselheira Julie, responde que Mato Grosso não possui  
383 nenhum case. Mas está em busca de fomentar para que se faça um caso piloto,  
384 juntamente com o pessoal da FIEMT, e tentar aprofundar cada vez mais. Passa a  
385 palavra ao Sr. Lucas Chamhum, caso queira comentar acerca dos casos de Minas  
386 Gerais. O Sr. Lucas Chamhum diz que antes de falar de qualquer caso, acredita  
387 que seria muito importante focar no diagnóstico, e entender a situação de Mato  
388 Grosso. E daí pensar nos próximos passos. O conselheiro José Bazan reforça sua  
389 proposta de retirada do termo "procedimentos" da minuta de resolução, pois não  
390 haverá prejuízos. O conselheiro Álvaro Leite diz que esteve atento a tudo aquilo que  
391 foi colocado nessa reunião bem como participou das discussões na CTAS, porém,  
392 agora lhe instalou uma dúvida, pois estamos criando uma "inovação", uma  
393 oportunidade. Porém, o órgão ambiental que vai ser responsável de fazer a gestão  
394 disso está dizendo que talvez vai precisar de um tempo maior para que isso  
395 internalize e se defina a melhor forma de operar isso. Diz que concorda com o  
396 conselheiro Bazan, quanto a tirar a palavra procedimentos. Salaria que ficou com  
397 a sua convicção abalada com relação a aprovação da minuta, uma vez que a Sema  
398 manifestou que não terá condições de cumprir isso. Sugere que uma alternativa  
399 seria estabelecer um prazo maior para que essa resolução entre em vigor. Pergunta  
400 se tem alguém da Águas Cuiabá. Diz que em muitas cidades há coleta de  
401 esgotamento sanitário, mas não há tratamento cem por cento daquilo que se coleta,  
402 talvez devêssemos conhecer e entender melhor isso. Diz concordar com a  
403 conselheira Ellen, quando ela fala que se nós oportunizarmos ações iguais a essa,





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

404 vamos possibilitar um rio melhor. Aponta que a partir do momento que isso virar um  
405 negócio, é lógico que irá se jogar menos esgoto nos rios, e isso é maravilhoso.  
406 Pergunta aos conselheiros e a Sema, se conhecem realmente, se têm números  
407 catalogados, de quanto que se coleta de esgoto, e quanto que se trata de esgoto  
408 dentro das concessionárias que, em tese recebem para isso. Diz que na casa de  
409 qualquer um de nós aqui, o valor do metro cúbico de água é cobrado em tese para  
410 tratamento. Defende que a minuta retorne a CTAS, para mais análises. A  
411 conselheira Julie Campbell diz que é a representante da Águas Cuiabá. Expõe que  
412 hoje a Águas Cuiabá tem noventa e um por cento de cobertura em relação ao  
413 esgoto, na cidade de Cuiabá. Esclarece que o lançamento de efluente é com base  
414 na outorga, na classificação dos corpos hídricos. Aponta que quando se verifica nas  
415 legislações de outros estados uma água de reúso, dependendo do fim que ela será  
416 utilizada, tem que passar por outro método de tratamento. Diz que então, sua  
417 pergunta anteriormente foi nesse sentido, para cada tipo de aplicação, como é que  
418 essa resolução vai se dar, seria um estudo para cada tipo de aplicação. Assim, se  
419 terá que ter um efluente de reúso ainda mais específico, dependendo do mercado  
420 de atuação. Aponta que hoje, a Águas Cuiabá não tem essa atuação para fora, e  
421 acaba utilizando dentro das unidades, um reúso dentro dos próprios processos.  
422 Salaria que o estado tem carência em relação a essa parte legal, de como tratar o  
423 reúso na prática. Defende que a prática é possível, é algo factível, desde que muito  
424 bem amarrado e que tenha os controles, as rastreabilidades dentro do processo.  
425 Existem várias formas de se mensurar isso, mas dependendo da característica do  
426 efluente a ser reutilizado, se teria que fazer um novo investimento para poder levar  
427 esse efluente com aquela característica específica. Após, passou-se a palavra a  
428 conselheira Inês Alves. Que diz que gostaria de ponderar em função dessa fala da  
429 conselheira Julie. Aponta que noventa e um por cento da área já atendida com o  
430 coletor, mas de quanto seria essa coleta para tratamento. Acredita que não alcance  
431 nem cinquenta por cento, mas é um avanço. Destaca que a resolução é uma  
432 abertura, uma inovação necessária e que deverá trazer bons resultados. Mas  
433 concorda com o que o conselheiro Álvaro falou. Acredita ser muito precipitado lançar  
434 como se já estivesse com todos esses procedimentos prontos, uma vez que vai cair





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

435 no colo da Sema. Defende que é importante aprofundar o tema, com mais estudos.  
436 Por fim, após discussões, restou decidido, por maioria, o retorno da minuta de  
437 resolução a CTAS, com o objetivo de se estabelecer um prazo factível para a  
438 implementação da resolução, bem como para deixar claro que os procedimentos  
439 serão estabelecidos pela Sema. Na sequência, passou-se ao próximo item da  
440 pauta. Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 184, de 12 de  
441 setembro de 2024, que institui o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Arinos – CBH  
442 Arinos. O secretário executivo faz a leitura do Parecer CTGPar 05/2024 e da minuta  
443 de Resolução CEHIDRO nº 184, de 12 de setembro de 2024. Aberta a deliberação,  
444 não houveram questionamentos. Então, passou-se a aprovação ou não da minuta  
445 de resolução. Que restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma alteração. A  
446 secretária informa que haverá uma adequação na numeração da minuta, em razão  
447 da retirada de pauta das minutas de resolução anteriores e é necessário seguir-se  
448 a ordem cronológica das resoluções aprovadas. Após, passou-se ao próximo item  
449 da pauta. Deliberar quanto a redação da minuta de Moção nº39/CEHIDRO/2024,  
450 que aprova Moção dirigida à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso,  
451 referente ao Projeto de Lei nº 994/2024, que dispensa as propriedades rurais de até  
452 um módulo fiscal de obter outorga de água junto à administração pública. O  
453 secretário executivo esclarece que o conteúdo da moção restou aprovada na 107ª  
454 Reunião Ordinária, ficando apenas pendente de aprovação sua redação, porém  
455 seguindo-se os procedimentos do regimento interno, infelizmente não obtivemos a  
456 manifestação de 2/3 dos membros quanto a aprovação ou não da redação da  
457 minuta de moção. Sendo assim, a mesma veio para aprovação da plenária na  
458 presente reunião. O conselheiro José Bazan propõe que as moções sejam enviadas  
459 as comissões da Assembleia Legislativa. A conselheira Anny Dornelles pede a  
460 palavra. Diz que fará uma fala referente a todas as moções que estão em discussão  
461 hoje. Pontua que se tem uma PL é porque existe uma demanda lá na ponta. E  
462 pensando como instituição, a função da Famato é tentar evitar conflito pelo uso da  
463 água. Propõe que se tente entender de onde é que está vindo essa demanda, do  
464 que é, e tentar orientar, fazer um trabalho, às vezes, de educação ambiental.  
465 Aponta que isso acontece muito na Federação. Propõe que o CEHIDRO estabeleça





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

466 um diálogo com os deputados, os assessores, para que possam explicar quais são  
467 as principais demandas, para que possamos tentar entender, porque se não  
468 entendermos o problema, provavelmente não conseguiremos propor novas  
469 resoluções ou políticas para sana-las. O secretário executivo expõe que não há na  
470 Sema nenhum comunicado por parte da Assembleia Legislativa para ouvir a Sema  
471 com relação a esses PLs. Solicita que as minutas de moção sejam aprovadas, pois  
472 a partir delas a Sema encaminhará sua manifestação à Assembleia Legislativa. A  
473 conselheira Ellen Pantoja pede a palavra. Diz ter achado interessante a fala da  
474 conselheira Anny Dornelles, é uma reflexão que a plenária deve fazer. Aponta que  
475 estamos vindo de três anos muito difíceis para o setor de outorga, que foi a  
476 implementação do Siga Hídrico e que atrasou muito as análises. Destaca que essa  
477 é a motivação que consegue ver e que, pelo menos no que tange ao projeto de lei  
478 acerca da outorga para propriedades de até um módulo fiscal. Porém, não se aplica  
479 mais, porque o setor de outorga superficial hoje está analisando os processos com  
480 menos de noventa dias. Então, se o processo estiver bem instruído, com noventa  
481 dias se tem uma outorga superficial. Agora, com relação à água subterrânea, a  
482 Sema tem um pouco mais de dificuldade, porque o volume de processos é três  
483 vezes maior. De modo que, realmente o setor está tendo um pouco mais de  
484 dificuldade para recobrar o equilíbrio, porque a época da implementação do Siga,  
485 estávamos analisando dentro dos prazos. Defende que é um setor excelente da  
486 Sema, e vem recuperando isso paulatinamente. Destaca que terá contratação  
487 futuramente, que está em andamento, e deve sair até o final do ano. O que vai  
488 incrementar a equipe da água subterrânea. Aponta ainda, que a equipe da outorga  
489 superficial também está colaborando com a emissão dos cadastros de captação  
490 insignificante. Admite que houveram motivadores, mas que atualmente estão sendo  
491 contornados. De modo que, são descabidos esses dois projetos de lei. O secretário  
492 executivo diz ter feito um levantamento das legislações que competem quando se  
493 fala em dispensa de outorga dos usos insignificantes. Salienta que em nenhum  
494 momento, o usuário, nesses casos, se vê dispensado de realizar o cadastro. Explica  
495 que o cadastro é obrigatório, por uma questão de gerenciamento, principalmente  
496 das águas superficiais. Aponta que se a Sema precisa ter o levantamento de todos





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

497 os usos, mesmo que sejam insignificantes, para que consiga fazer a gestão de  
498 disponibilidade versus demanda. Após, passou-se a palavra ao conselheiro  
499 Frederico Almeida. Que diz ter gostado muito da fala da conselheira Anny Dornelles,  
500 e gostaria de corroborar. Aponta que esteve conversando com alguns colegas em  
501 função da demanda desse deputado, e um colega seu, que trabalha junto a  
502 comunidades, pequenos produtores em Sinop, lhe falou que esses têm muito  
503 interesse em fazer o pedido de outorga, mas que o custo é elevado. Então, acabam  
504 recorrendo a pessoas fora da área. Como diz bem a conselheira Ellen, gostaria de  
505 facilitar o processo. Destaca que disse ao colega que em vez de facilitar o processo,  
506 acreditando que a intenção do deputado é boa, era melhor que ele tivesse um  
507 projeto, uma proposta que ajudasse a legalizar os poços de pequenos produtores  
508 ou que tivesse subsídios para isso, do que facilitar um negócio e construir um poço  
509 que possa ser amanhã uma fonte de poluição. Diz acreditar que a fala da  
510 conselheira Anny veio ao encontro disso, às vezes estar só julgando o processo,  
511 que realmente pode ter sido positivo ou não, mas junto com essa moção e a atuação  
512 da Sema, acredita que pode ser muito proveitoso buscar saber de onde vem essa  
513 demanda. O secretário executivo aponta que muito se questiona acerca do valor  
514 das taxas, mas a Sema segue o que está determinado por lei. Não há possibilidade  
515 de os técnicos emitirem outorga se o poço não for construído dentro das normas  
516 técnicas, para isso o produtor precisa contratar um profissional, um profissional que  
517 faça as coisas dentro das normas. A conselheira Ellen Pantoja salienta que qualquer  
518 proposta que tire qualquer usuário do balanço hídrico, ela não é favorável para a  
519 gestão de recursos hídricos. A conselheira Juliana Araújo diz que também considera  
520 as duas PLs inconstitucionais, e gostou muito da fala da conselheira Anny. Diz que  
521 é importante ressaltar que no que diz respeito à construção de poços, a parte mais  
522 cara é realmente a construção do poço em si. E muitas vezes as pessoas buscam  
523 formas clandestinas para construir, principalmente esses poços de baixa vazão, que  
524 são poços de até dez metros cúbicos, e normalmente procuram empresas  
525 clandestinas. Aponta que o decreto foi reestruturado no ano passado, para que não  
526 tivéssemos mais essas empresas clandestinas atuando, por uma questão de  
527 segurança hídrica, de disponibilidade hídrica e segurança sanitária. Diz que as





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

528 pessoas pensam que só porque a água é subterrânea ela é pura, mas nem sempre  
529 a água subterrânea tem uma qualidade de potabilidade. E isso está totalmente  
530 relacionado à forma como você constrói o poço. Se você não coloca selo sanitário,  
531 você pode estar misturando águas. Destaca ainda que se o poço é bem construído,  
532 ele não se torna um vetor de contaminação. Salienta que hoje não temos estudo  
533 hidrológico, então não sabemos as dimensões de dano ambiental que esses poços  
534 podem estar causando. Diz que quanto as taxas, o técnico que esteja elaborando o  
535 processo, estará auxiliando até mesmo sobre isenção de taxas, redução de taxas,  
536 entre outras questões. Diz que concorda com o que o conselheiro Frederico falou.  
537 Acredita que a parte política tem que se envolver mais, e estar inteirada do que está  
538 faltando para os produtores conseguirem se regularizar. Questiona se os municípios  
539 não têm técnicos, mão de obra técnica para poder estar fazendo esses processos,  
540 ajudando quem não consegue. Existem verbas de outros projetos, de outras fontes  
541 de curso, verba parlamentar, que talvez possam ser utilizadas para atender essas  
542 pessoas que querem se regularizar. Outro ponto, seria a educação ambiental, a  
543 Sema tem um setor de educação ambiental e talvez se deva levar isso para esse  
544 setor, para ele estar discutindo nessas regiões ou as outras entidades que estão  
545 aqui, os Comitês de Bacia. Que talvez, possam utilizar recurso financeiro para  
546 promover seminários e outras ações para fazer educação ambiental voltado para  
547 recursos hídricos. A conselheira Inês Alves diz que está na Assembleia com o  
548 deputado Carlos Avaloni, e pode aprofundar um pouco mais o assunto, para  
549 entender melhor a situação. O conselheiro Walter Correa diz que faz parte de  
550 algumas instituições sociais, e percebe que o acesso do pequeno produtor é mais  
551 dificultado a regularização quanto a outorga e ao próprio licenciamento, tanto por  
552 desconhecimento técnico, quanto por custos financeiros. Diz acreditar que um dos  
553 papéis do CEHIDRO e dos atores conselheiros é fazer uma articulação com  
554 associações, instituições de ensino, sindicatos rurais, e órgãos que têm essa  
555 atribuição de embasar tecnicamente o usuário. Propõe que o CEHIDRO, em algum  
556 momento, discuta formas de subsidiar e de cooperar com essa disseminação do  
557 conhecimento técnico, para que esse chegue realmente no usuário final. Finda a  
558 deliberação, a redação da minuta de Moção nº39/CEHIDRO/2024 restou aprovada,





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

559 por maioria, com a inclusão dos dizeres: “e seus substitutivos”. Após, passou-se ao  
560 próximo item da pauta. Deliberar quanto o Projeto de Lei nº 988/2024, que concede  
561 às prefeituras municipais a possibilidade de emissão do Cadastro Ambiental Rural  
562 (CAR) nos processos para perfuração de poços tubulares/artesianos. A conselheira  
563 Alessandra Panizi defende que os PLs são inconstitucionais, e acredita que isso  
564 deve estar exposto na moção. Propõe a inclusão da seguinte redação:  
565 “Considerando a Constituição Federal de 1988, que expressamente determina em  
566 seu inc. III, art. 20 que são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de  
567 água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de  
568 limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele  
569 provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; e ainda que  
570 compete privativamente à União legislar sobre águas (art. 22, inc. IV); Considerando  
571 que incluem-se entre os bens dos Estados, de acordo com a Carta Magna, as águas  
572 superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas,  
573 neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União (art. 26, inc. I); e,  
574 Aprovar moção solicitando à Assembleia Legislativa de Mato Grosso que rejeite por  
575 inconstitucionalidade o Projeto de Lei nº 988/2024”. Finda a deliberação, a minuta  
576 de Moção nº40/CEHIDRO/2024 restou aprovada, por maioria. Registrada a  
577 abstenção das seguintes entidades: FIENTM; FAMATO; INSTITUTO AÇÃO VERDE,  
578 ITEEC BRASIL e ABES. Na sequência, passou-se ao último item da pauta, os  
579 informes. O conselheiro Ibraim Fantin convida os presentes para o seminário de  
580 recursos hídricos promovido do dia vinte e três ao dia vinte e sete de setembro, na  
581 modalidade híbrida. O conselheiro José Bazan diz que no dia vinte de setembro é  
582 o dia mundial da limpeza, e o ITEEC Brasil vai enviar um expediente a ser enviado  
583 a todas as bacias hidrográficas, para que eles tenham algumas ações de limpeza  
584 na beira dos rios, durante o ano todo, e então façam o cadastro dessa atividade  
585 junto ao programa promovido pelo ITEEC Brasil. Aponta que o ITEEC Brasil está  
586 mobilizando cerca de cento e dez milhões de pessoas no planeta inteiro, sendo que  
587 cerca de duzentas cidades no Brasil já aderiram a esse programa. A conselheira  
588 Juliana Freitas questiona quanto a resposta do e-mail enviado a Sema acerca do  
589 sistema Siga Hídrico. O secretário executivo diz que o e-mail foi enviado aos setores





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

590 responsáveis da Sema, e obteve apenas a seguinte resposta: “A área de Tecnologia  
591 da SEMA já está em fase de contratação de uma fábrica de software junto ao MTI  
592 (Empresa de Tecnologia do Estado MT) com previsão de início de 03 a 06 meses.  
593 Quanto ao suporte a SEMA está em vias de finalização de um termo de referência  
594 para contratação. No entanto, devido à complexidade e ao tempo envolvido nesses  
595 processos, como solução de contorno a SEMA está reforçando a equipe de suporte  
596 com a contratação de analistas e desenvolvedores adicionais”. Coloca em tela dois  
597 gráficos referentes aos chamados do público externo no ano de 2024, sendo o  
598 primeiro “Tratativa dos chamados público externo 2024” e o segundo “Média em  
599 dias resolução chamados público externo 2024”. A conselheira Juliana Freitas  
600 questiona quanto as respostas das demais perguntas constantes no e-mail. O  
601 secretário executivo solicita que a conselheira torne a enviar um e-mail fazendo  
602 esse questionamento, que a secretaria executiva enviará novamente aos setores  
603 responsáveis da Sema. A conselheira Juliana Freitas chama atenção para o fato de  
604 usuários estarem reportando dificuldade em abrir chamados. Diz que alguns estão  
605 indo até para a ouvidoria falar sobre esse assunto. Salaria que se sabe que o  
606 sistema sai do ar para melhorias e ajustes, e ele saiu muito do ar nas últimas duas  
607 semanas. Diz que essas aberturas de chamadas são um respaldo que essas  
608 pessoas têm para o contrato delas. Então, elas têm prazo para apresentar o  
609 protocolo dentro do contrato e abrir o chamado, dar uma segurança jurídica para  
610 elas, querendo ou não fora que também dá segurança para casos de renovação de  
611 outorga. Quando você tem também notificações que você tem que resolver a  
612 outorga e protocolar ela em trinta dias, noventa dias. Então tudo isso, todos esses  
613 prazos. É muito importante que eles não se recusem a abrir, é preciso ter essa  
614 sensibilidade, esse cuidado. O conselheiro José Roberto aponta a demora na  
615 liberação dos processos, principalmente de autorização. Diz que tem processos que  
616 estão a mais de seis, oito meses, o que é muito complicado para quem precisa da  
617 outorga para desenvolver o seu projeto de investimento que exige outorga. Diz que  
618 sua empresa tem processo parado desde março, maio, que até hoje não saiu  
619 autorização. Diz que as empresas vivem num dilema, as empresas que estão mais  
620 organizadas, que trabalham com processos de autorização para poder trabalhar





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

621 sofre uma concorrência desleal, porque a maioria das empresas não faz isso e a  
622 Sema não se movimenta no sentido de fiscalizar. Isso quer dizer, não existe nada  
623 que mostre que a Sema está interessada em coibir os poços clandestinos no estado.  
624 Salienta que deveria ser uma preocupação muito grande da Sema, em razão do  
625 impacto ambiental que está causando no estado. Questiona qual é a postura da  
626 Sema nesse sentido. O secretário executivo diz que todos devem entender que  
627 existem um número pequeno de técnicos para fiscalizar novecentos mil quilômetros  
628 quadrados. Salienta que ou os técnicos analisam os processos ou fazem a  
629 fiscalização. De modo que, nesse momento a gestão está priorizando a análise dos  
630 processos, para reduzir o tempo de análise. E, na medida do possível, a Sema  
631 realiza o trabalho de campo. O conselheiro José Roberto enfatiza novamente  
632 quanto aos seus processos de autorização do mês de março. O secretário executivo  
633 solicita que o conselheiro compartilhe o número desses processos, pois estará  
634 verificando com o setor de outorga. O secretário executivo informa que o Comitê de  
635 Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba – CBH Sepotuba encaminhou a Nota  
636 Recomendatória n. 01/2024 quanto ao Projeto de Lei n. 994/2024, para a Comissão  
637 de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização  
638 Fundiária, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Informa que está  
639 acontecendo o primeiro encontro regional de Comitês de Bacias da região Centro  
640 Oeste e está sendo um sucesso. O evento está acontecendo na Agência Nacional  
641 de Águas, para a integração entre os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,  
642 Goiás e Distrito Federal. Informa que houve a posse no Conselho Nacional de  
643 Recursos Hídricos – CNRH, para mandato de quatro anos, e neste primeiro ano  
644 Mato Grosso ficou com a titularidade e Mato Grosso do Sul como suplente, nos anos  
645 seguintes haverá rodízio entre os estados na vaga de titular. Aponta que foram  
646 pleiteadas vaga em quatro câmaras técnicas do CNRH, são elas: Câmara Técnica  
647 de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos; Câmara Técnica de Águas  
648 Subterrâneas; Câmara Técnica de Educação, Informação e Ciência e Tecnologia;  
649 e, Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Ficando dividido da seguinte forma:  
650 Mato Grosso ficando com a representação nas câmaras técnicas de Águas  
651 Subterrâneas e Segurança de Barragens; Mato Grosso do Sul com a representação





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

652 nas câmaras técnicas de Outorga e de Educação, Informação e Ciência e  
653 Tecnologia. Informa ainda que, os quatro primeiros conselheiros a manifestar  
654 interesse em participar do Curso "Gestão de Conflitos pelo Uso da Água" foram: 1.  
655 Juliana Freitas de Araújo – AGEMAT; 2. Camila Bez Batti Souza – SEDEC; 3. Dione  
656 Aparecido Castro – Instituto Ação Verde; 4. Nayara Dores da Silva Paes – SEPLAG.  
657 De modo que, serão estes os indicados para realizarem o mencionado curso. O  
658 conselheiro José Roberto pede informações quanto ao convênio realizado entre o  
659 governo do estado e a APROFIR, para o mapeamento de recursos hídricos no  
660 estado. O secretário executivo responde que a Sema junto com o Instituto Mato-  
661 grossense de Feijão, Pulses e Cultivos Especiais e Irrigação (IMAFIR-MT), estão  
662 fechando o plano de trabalho para pontualmente a região do rio das mortes e BR-  
663 163. Por fim, nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerra a  
664 reunião às 17h13min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que será assinada  
665 pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos  
666 Hídricos – CEHIDRO.

667

668 **Mauren Lazzaretti**  
669 Presidente do CEHIDRO

**Luiz Henrique Magalhães Noquelli**  
Secretário Executivo do CEHIDRO

670



SEMADIC202444928